VERITAS FILIA TEMPORIS?

**O CONHECIMENTO HISTÓRICO E A DISTINÇÃO
ENTRE FILOSOFIA E TEORIA DA HISTÓRIA***

(Historical knowledge and the distinction between philosophy
and the theory of history)

Estevão C. de Rezende Martins¹

Resumo: A relação de dependência das circunstâncias temporais no estabelecimento da verdade é uma questão recorrente no conhecimento histórico. Entre a fugacidade do relativo e a rigidez do dogmático perde-se a pretensão de racionalidade científica. A História, como conhecimento racional argumentativo demonstrável, precisa de uma relação veraz confiável entre sua narrativa e sua base empírica. Para possibilitar tal, propõe-se sete requisitos de verossimilhança razoáveis e universais: o realismo mitigado; a convenção metódica de controle de qualidade do conhecimento; a comunidade lingüística e cultural de sentido; a aptidão da racionalidade humana a conhecer o passado; estados de coisas do passado são reconstrutíveis; crítica de fontes para a reconstrução do passado; razoabilidade lingüística e cultural da narrativa e da metanarrativa. A conjunção desses fatores permite firmar verdades ou certezas relacionais.

Palavras-chave: Conhecimento histórico, verdade, tempo, memória, teoria da história, filosofia da história.

Abstract: The dependence on temporal circumstances to establish the truth of past events is a recurrent issue of historical knowledge.

* Em homenagem aos setenta anos de Jörn Rüsen (Alemanha), celebrados em 2008, um dos mais importantes mestres-pensadores da filosofia e da teoria da História contemporâneas, cuja longa amizade me honra. Texto da Aula Inaugural do Ano Letivo 2008 da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia.

¹ Universidade de Brasília. Artigo submetido a avaliação no dia 15/03/2008 e aprovado para publicação no dia 20/04/2008.

However, the claim of scientific rationality can get lost between the fugacity of relativity and the rigidity of dogmatism. History, as a demonstrable rational knowledge, needs to establish a truthful and reliable relationship between the narrative and its empirical basis. In order to make possible such an enterprise, seven reasonable and universal requisites of truthfulness are proposed: moderate realism; the methodical convention concerning knowledge quality control; the linguistic and cultural community of sense; man's rational aptitude of knowing the past; the reconstructibility of past things; the criticism of sources for the reconstruction of the past; the linguistic and cultural rationality of narrative and meta-narrative. The conjunction of these factors allows the assertion of relational truths or certainties.

Key-words: Historical knowledge; truth; time; memory; Theory of History; Philosophy of History.

Tempo e verdade. Não raro afirma-se que a verdade é uma fugaz convicção, dependente das circunstâncias efêmeras do tempo, de um tempo que escapa por entre os dedos. Mais do que por entre os dedos, um tempo que se esvai no emaranhado dos interesses pessoais e coletivos que constroem o espaço social da cultura histórica. Brande-se, como solução para sair do que se sente como um impasse, uma alternativa: ou bem se afirma a integralidade monolítica de uma verdade dada e diretamente acessível ao espírito aberto, ou bem se declara que a verdade é uma ilusão vã, inútil de ser buscada. Entre o dogmatismo e o ceticismo perde-se o homem, perde-se sua racionalidade.

O que nos diz a história a esse propósito? Duas constatações se impõem: de uma parte, a memória acumulada da cultura histórica evidencia que a busca da verdade (e a correspondente pretensão de a alcançar, ou de a ter alcançado) é uma constante na organização social do saber. Uma constante antropológica, por conseguinte, à maneira como a concebe Jörn Rüsen.² De outra parte, a produção de conhecimento confiável sobre o passado, constitutivo da afirmação cultural das sociedades, depende – razoavelmente – da aceitação dessa premissa.

Antes de prosseguir importa deixar claras certas distinções fundamentais para o que segue. Essas distinções se impõem, na medida em que o termo *história*, em português, é plurívoco. Com efeito, usa-se *história* para designar (1) o processo temporal do agir racional humano como um todo, (2) a especialidade cognitiva e epistemológica da ciência histórica, (3) os produ-

² Cf. Razão Histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001. (Teoria da História I: Fundamentos da Ciência Histórica).

tos dessa especialidade, também chamados de historiografia. A reflexão abrangente sobre o processo do tempo, indistintamente, sobre seu advir e seu porvir, seu sentido e seu *éscaton*, é tradicionalmente objeto da filosofia da história.³ Para os fins da reflexão que aqui se apresenta, interessa circunscrever o campo temático ao da teoria da história. História no sentido da ciência da História nos padrões contemporâneos de produção historiográfica. Teoria no sentido de articular as condições de possibilidade de produzir, mediante a investigação histórica metodicamente controlada, conhecimento confiável. A teoria da História na acepção aqui estabelecida, por conseguinte, estipula as condições de produção de conhecimento histórico verossímil e as condições de inserção desse conhecimento em um arcabouço científico plausível e convincente. Para tanto importa definir se e como se obteria, nesses procedimentos, conhecimento veraz.

A reflexão sobre a pretensão de verdade do conhecimento em geral e do conhecimento histórico, em particular, necessita ser confrontada com o que se pode chamar de otimismo gnosiológico. Esse otimismo consiste no fato de afirmar-se que a verdade não apenas existe, como é alcançável. A tal otimismo opõe-se o ceticismo absoluto (a verdade não existe) ou relativo (mesmo que exista, a verdade é inalcançável).

O senso comum lida com uma convicção otimista extremamente difundida: as coisas são como elas são, no que consistiria sua verdade própria, intrínseca. Ecoa nessa convicção a concepção kantiana da coisa-em-si, de acordo com a qual tudo o que é necessariamente é segundo sua ordem de ser, no que consiste sua verdade fundamental, metafísica, que exprime sua realidade, sua densidade ôntica. Não é decisivo saber se essa asserção, por sua vez, é metafisicamente inatacável. Ela o é. O que importa é que o senso comum opera com essa convicção, com extraordinário à-vontade, com inabalável grau de certeza. Para os que, a seu turno, manejam o que se diz (os enunciados) sobre o que se pensa ser a verdade das coisas, a certeza está longe de ser inabalável. Antonio Vieira, em sua *História do Futuro* (1718) já registrava essa dura realidade da condição humana:

“Quem quiser ver claramente a falsidade das histórias humanas, leia a mesma história por diferentes escritores, e verá como se encontram, se contradizem e se implicam no mesmo sucesso, sendo infalível que um só pode dizer a verdade e certo que nenhum a diz”.⁴

³ Para uma visão sugestiva dos temas hoje abordados, cf. Johannes ROHBECK/Herta NAGL-DOCEKAL (eds.). *Geschichtsphilosophie und Kulturkritik. Historische und systematische Studien*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003.

⁴ P. Antonio VIEIRA, S.J. *História do Futuro*. Brasília: Editora da UnB, 2005, org. do P. José Carlos Brandi Aleixo, S.J. § 186, p. 238. Vieira por certo tem como pressuposto a verdade da fé. Essa premissa, natural para seu trabalho e lógica dentro da teologia da revelação, não encontra aplicação na metodologia contemporânea da História.

Com efeito, a verdade da coisa e a verdade do dito são distintas. A afirmação de Vieira, de que somente um pode infalivelmente dizer a verdade, pressupõe uma teoria ontológica da verdade, com a qual não se lidará aqui. Convém, então, recuperar os três planos em que a questão da verdade se põe para o contexto de uma teoria da História. Sem reinventar a história da humanidade desde os tempos imemoriais. Rememore-se, assim, sumariamente, em que consistem o plano da coisa em si, o plano da coisa pensada, o plano da coisa dita.

O que é a coisa em si? Obviamente o discurso que fale da coisa em si situa-se nos dois outros planos. Para a história, a coisa em si é o evento do passado, do tempo que se esvaiu, de que somente resta a memória (pensada) e o testemunho registrado (a memória dita). O evento do passado, a que se refere aqui no singular, não necessariamente diz respeito a um acontecimento simples (ou trivial), que meramente registrasse algo como “Zumbi dos Palmares existiu”. Pode tratar-se (e no mais das vezes é o caso) de acontecimento complexo, ao consignar que “Zumbi dos Palmares foi o líder de um quilombo insurrecional oposto ao regime escravista no Brasil colonial”. O que se quer dizer, então, com a referência à coisa em si? Para a história praticada como ciência, a “coisa em si” corresponde ao pressuposto realista mitigado de que os atos racionais humanos passados realmente ocorreram, de uma ou de outra forma, e que não faz sentido considerar a hipótese de que se pudesse fazer tábua rasa de todo acontecimento passado. Esse realismo é mitigado na medida em que lança mão da tríplice distinção entre o em si, o pensado e o dito. Deixa-se de lado, pois, como de demonstração difícil (se não impossível), a tese da correspondência rigorosa entre ocorrido, visto, pensado e enunciado, característica do realismo clássico de inspiração aristotélica e de matiz empirista. A mitigação do realismo decorre da circunstância incontornável de que nada do que ocorreu no tempo, por força da ação humana, subsiste para além de seu tempo de outra maneira do que a da memória dos coetâneos e do que eles dizem de seu tempo e de suas ocorrências. Assim, a porta de entrada no mundo histórico do passado memorizado se dá pela linguagem, em todos os seus formatos.

A experiência da análise historiográfica traz um elemento fundamental, que aliás não é estranho aos demais discursos científicos contemporâneos. Esse elemento é a suposta ou admitida pretensão de verdade, considerada ínsita a todo e qualquer discurso racional. Assim, encontra-se um território comum ao esforço metódico do conhecimento, que é a busca e, reconhecidamente, a obtenção da verdade. Mais adiante se verá em que consistiriam os critérios possíveis para a eventual qualificação de uma sentença, no discurso histórico, como verdadeira. Convém aqui delimitar o que se entende por discurso racional. Para o efeito da análise historiográfica, tanto para a que se faz na produção da pesquisa de que decorre o texto, quanto para a que lida (hermenêutica e comparativamente) com o texto produzido, o discurso racional contemporâneo deve satisfazer três requisitos essenciais:

(a) Sua estrutura pretende descrever, adequadamente, o que ocorreu. Nesse sentido, nenhum discurso historiográfico foge ao mandamento de Ranke, de buscar narrar como as coisas efetivamente se deram, mesmo se cada sentença, isoladamente, não tencione ser empiricamente controlável.⁵

(b) A qualidade do discurso depende de sua eficácia argumentativa enquanto um todo discursivo. Ou seja: somente a apreensão global da narrativa permite avaliar a pertinência do texto.

(c) O juízo sobre a pertinência da narrativa com relação a seu tema dá-se em dois níveis: (c.1) internamente, em termos de consistência textual e empírica; (c.2) externamente, de duas formas – em termos comparativos com outras narrativas relativas ao mesmo tema e pela eficiência de convencimento que produza no âmbito da comunidade epistêmica profissional dos historiadores.

Pode-se ver na estrutura que se esboça, o que se chama de caráter relacional do conhecimento histórico.⁶ O conhecimento é duplamente histórico. De um lado, é histórico porque se dá no tempo humano refletido, imerso na historicidade de toda e qualquer existência. Fala-se, nesse caso, de um caráter histórico em sentido amplo. De outro lado, é histórico por ser produzido mediante práticas metódicas consagradas de pesquisa, que atendem a requisitos de controle de qualidade e de pertinência. Nesse segundo caso, fala-se de conhecimento histórico em sentido estrito. Em ambos os casos, o conteúdo narrado é suposto estar em consonância com pelo menos três exigências. A primeira é a sua pertinência temporal com respeito aos interesses sociais presentes, às carências de orientação concretas emergentes no respectivo tempo atual. A segunda é a sustentação empírica nas fontes (de todos os tipos) em que a investigação busca sua fundamentação como discurso sobre o tempo passado. A terceira é a resultante expositiva, cujo argumento narrativo deve dotar-se de virtude convincente em bases racionais controláveis (reconstrutíveis), independentes de recursos afetivos, como a sugestão, a sedução ou a emoção.

Convém deixar registrado aqui, no entanto, que a empatia emotiva não precisa ser excluída do processo de obtenção do conhecimento. Ela se encontra presente em larga medida, aliás, na primeira das exigências mencionadas, a carência de orientação. O que se deve preservar, na perspectiva do método científico, é a impessoalidade do resultado historiográfico final. Não se confunda, porém, essa impessoalidade com insensibilidade ou alienação. Inversamente, a impessoalidade é a garantia de sobrevivência da

⁵ Cf. Francisco Calazans FALCON. "Historicismo: antigas e novas questões", em *História Revista* (Goiânia), vol. 7 (2002) 23-54.

⁶ Cf. E. de Rezende MARTINS. "O caráter relacional do conhecimento histórico", em Cléria B. da COSTA (org.). *Um passeio com Clío*. Brasília: Paralelo 15, 2002, p. 1-24.

explicação argumentada para além da paixão entusiástica. Para essa, diga-se de passagem, a primeira é supérflua. É provavelmente esse o motivo por que se considera amiúde o raciocínio científico como impiedoso, em particular quando o tema estudado tem a ver com as circunstâncias da existência concreta. Por exemplo: se a questão estudada for o processo transformador da Revolução Russa de 1917. Comparado com seus ideais mobilizadores, esse processo, pouco mais de setenta anos depois, deixou um inegável saldo de frustrações, mesmo se não foi infrutífero em todos os aspectos.⁷

Vê-se, por conseguinte, que operar com um conceito de verdade, no plano da apreensão dos acontecimentos históricos, de sua descrição e de sua explicação, requer definir com clareza seus limites, para evitar as duas armadilhas mencionadas: o dogmatismo e o ceticismo.

Considerar a verdade, sistematicamente, como filha de seu tempo, conduz, mais ou menos inexoravelmente, ao ceticismo. Mesmo que se trate de um ceticismo social, quando se afirmasse que a verdade depende da comunidade que aceite tal ou qual afirmação sobre si, sobre seu passado. Dessa forma, seria admissível que se afirmasse qualquer coisa, desde que determinado grupo aceitasse a afirmação e agisse em conformidade com ela. Essa versão do relativismo social (ou *comunitarismo de referência*) levaria ao ceticismo na medida em que abre mão de um pressuposto metódico fundamental da concepção genérica de verdade, que admite sua universalidade e a possibilidade de ser alcançada. A particularização dos critérios de validação das sentenças sobre o que foi ou o que é o caso, enredada numa teia de valorações diversas, acarretaria o abandono da universalidade. Se a verdade suposta é um valor universal, ela deveria estar isenta de dependências culturais, sociais, comunitárias. Essas dependências seriam relevantes exclusivamente no plano histórico das circunstâncias em que indivíduos e grupos vivessem concretamente, circunstâncias que poderiam facilitar ou dificultar o acesso à dita verdade. Ou seja: a questão estaria no operador e não no conteúdo do conhecimento. Em ambos os casos, estamos diante de um duplo otimismo: o do conhecimento reflexo do operador do conhecimento e o da afirmação implícita de que há conteúdo de conhecimento (referência ao mundo em si) contrastável com o registro do conhecimento pelo sujeito cognoscente.

No caso do conhecimento histórico, é necessário lembrar a distinção entre a historicidade do ato cognitivo e o conhecimento produzido pela investigação praticada pela história, como ciência, sobre determinado período do passado. O que releva analisar, aqui, é o caráter do conteúdo cognitivo produzido pelo historiador de acordo com os cânones metódicos de sua

⁷ Cf. Leandro KONDER. A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Campus, 1988; François FURET. O passado de uma ilusão: ensaio sobre o ideário comunista do século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

disciplina. Lida-se com duas dimensões temporais cruzadas, de cuja interseção resultaria um discurso plausível, destinado a satisfazer uma dupla exigência de verdade: uma, referente ao período passado que investiga; outra, referente ao período presente em que os resultados da investigação devem ser validados. Há quem afirme que a relação entre verdade e tempo só possa ser abordada, com propriedade, pela filosofia. Que esta disciplina entretém uma relação privilegiada com sua própria história, como nenhuma outra. Com efeito, na reflexão filosófica contemporânea, substancial parte do trabalho de investigação concentra-se na história da filosofia. Wolfgang Ieland considera ser impossível distinguir rigorosamente entre filosofia e história da filosofia. Afirmar ainda que mesmo que se quisesse estabelecer um saber fundamental último a partir de um tempo zero, a “carência de estabelecer uma relação com o passado logo se estabeleceria”.⁸ Desde a perspectiva da análise historiográfica, a suposição de que haveria um regresso ao infinito na busca do passado põe uma questão interessante. A posição de Ieland é postulatória, não demonstrada, e parte da hipótese de que qualquer assertiva sobre a verdade, no tempo, sempre pode ter sua sustentação possível buscada no tempo anterior. Isso, de certa maneira, faz ecoar a persistente influência das genealogias do saber, no formato nietzscheano ou no foucaultiano.⁹ A história (própria) certamente serve de impulso questionador para contextualizar problemas e para entender por que essa pergunta, e não aquela, nesse contexto, e não naquele, parece relevante.

Relevância não existe por si mesma. Ela é estabelecida desde a perspectiva contingente da existência histórica dos agentes racionais humanos. É o contexto histórico respectivo que estrutura a rede de referências que transforma tal ou qual pergunta em relevante. A veracidade, a verossimilhança ou a verdade pura e simples parecem constar do rol das questões relevantes até onde ou quanto se consiga rememorar (e reconstruir) os conteúdos que respondam às perguntas. As respostas variam. E variam porque as circunstâncias empíricas das existências nada mais fazem do que variar.

⁸ Wolfgang IELAND. „Über den Grund des Interesses der Philosophie an ihrer Geschichte“, em Rolf W. PUSTER (org.). *Veritas filia temporis? Philosophiehistorie zwischen Wahrheit und Geschichte*. Berlin: de Gruyter, 1995, p. 11-12.

⁹ Ver, a propósito: Nythamar de OLIVEIRA. “A concepção teleológica da história sustenta, portanto, o espaço de realização da nova metafísica, na medida em que o *summum bonum* kantiano exige um reino dos fins. Por trás de uma concepção não-empírica de moralidade, o sentido teleológico de natureza humana termina por trair uma constituição do sujeito, histórica e socialmente condicionada. A liberdade, concebida por Kant como telos da natureza humana mostra-se inapta para assumir seu papel transcendental num universo onde reina a contingência. A filosofia do sujeito consciente, mais cedo ou mais tarde, descobriria “a noite da verdade”, a verdade de que não há afinal um “eu” verdadeiro, como origem transcendental de suas desventuras empíricas.” *Tractatus ethico-politicus*. Genealogia do ethos moderno. Porto Alegre: EdPUCRS, 1999, p.78.

Permito-me trazer novamente à colação o P. Vieira. No § 170 da *História do Futuro* discorre ele sobre o caráter circunstancial do desdobramento efetivo da compreensão, pelo “lume natural do discurso”, do “lume sobrenatural da profecia”,

“que se vai propagando, difundindo e estendendo a muitas cousas, tempos, sucessos e circunstâncias que nelas estavam ocultas e pela conferência e consequência do mesmo discurso se vão entendendo e descobrindo de novo. Isso quer dizer *in quod vel quale tempus*: não só em que tempo, senão em qual tempo. A expressão em que tempo significa a determinação do tempo certo em que as cousas hão-de suceder; e a expressão em qual tempo significa as qualidades e circunstâncias do mesmo tempo, isto é, o estado dos reinos, das repúblicas, das nações, e os acontecimentos particulares da paz, da guerra, do cativo, da liberdade e outros semelhantes que no mesmo tempo, ou mais vizinho ou mais distante, se hão-de ver e suceder no mundo ...”.¹⁰

Vieira distingue a exigência (determinação) de que todas as coisas se dêem no tempo das coisas que efetivamente se dão no tempo. Implica que toda ação humana forçosamente se insere no processo temporal e que a reflexão sobre esse processo é, por sua vez, também uma ação humana sob o influxo do tempo em que se dá. A reflexão tem, por conseguinte, de articular o contingente efetivo do ocorrido com o possível encadeamento explicativo, que resgata no passado o entendimento plausível do presente e sua eventual projeção indicativa para o futuro. O discurso histórico, portanto, ao estabelecer conexões explicativas entre as circunstâncias anteriores e as posteriores (habitualmente expressas em termos causais, mesmo se não de maneira óbvia ou de forma explícita), transcende relativamente o caráter circunstancial (feito de rupturas) para estabelecer um plano de continuidades. Continuidade não significa mesmice, nem necessidade. Ao fim e ao cabo, será considerada veraz (verdadeira) a narrativa histórica que satisfizer às exigências explicativas do tempo presente, ao entendê-lo como resultante das circunstâncias do tempo passado. Assim, a experiência natural da vivência do tempo (eu e minha circunstância¹¹) é transposta, na narrativa histórica, para a transcendência do tempo refletido.

A relação entre tempo e verdade está, conseqüentemente, estabelecida no plano discursivo produzido pela reflexão racional que se apropria da experiência e a coloca em perspectiva que faça sentido para o sujeito atual da reflexão. Para que tal sentido se instaure (seja por desvelamento, seja por atribuição), é necessário que seja plausível. Essa plausibilidade é estabelecida se e somente se o discurso puder ser controlado metodicamente de acordo

¹⁰ Ob. cit., p. 231.

¹¹ J. ORTEGA Y GASSET. «Yo soy yo y mi circunstancia, y si no la salvo a ella no me salvo yo» (Meditaciones del Quijote, 1914).

com os padrões de qualidade vigentes na comunidade científica que o produz, e aceitos pela sociedade a que se dirige. Três conjuntos de condições devem ser satisfeitos para a construção da plausibilidade discursiva: (a) a qualidade dos dados colhidos na documentação que corresponda ao período, ao episódio, à sequência de acontecimentos que se quer conhecer, descrever, entender, explicar; (b) os padrões metódicos do exame dos dados; (c) a qualidade discursiva do texto historiográfico.

Para se conseguir reduzir, a conceitos, as condições sob as quais se pode abordar uma fonte desde a perspectiva de seu teor de verdade, convém estabelecer algumas convenções bem simples, válidas para toda fonte textual. É preciso deixar aqui claro, ademais, que mesmo quando a fonte historiográfica não é formalmente constituída de texto (discurso escrito), sua incorporação à categoria de fonte requer habitualmente sua transposição para o texto, na medida em que descrição e interpretação de uma pintura paleolítica ou de um fragmento de cerâmica marajoara se dão pelo discurso narrativo escrito. Posta essa ressalva, pode-se lembrar que todo texto (toda narrativa) possui duas dimensões: uma objetiva (o texto enquanto tal) e uma intencional (o que seu autor objetiva exprimir com sua narrativa). Visto objetivamente, todo texto é uma coisa. Essa “coisa” – como qualquer outra – pode ser apreendida, descrita, investigada quanto a suas propriedades e relações. Dentre as propriedades do texto encontra-se mais do que a mera percepção pode registrar. Tem-se também as circunstâncias, pois, em que a narrativa (o texto) se constituiu: produzida por um determinado autor, em um determinado tempo, para um determinado tempo, resultante de condições pessoais, psíquicas, sociais, políticas por sua vez historicamente identificáveis. A sucessiva identificação histórica das circunstâncias articula-se em uma cadeia sem fim. Não se a pode interromper, mas apenas definir um ponto a partir do qual se recorta o objeto de análise (a “coisa” a ser entendida) e um ponto que se escolhe como o encerramento de um determinado interesse de compreensão, interpretação e explicação. Assim, as fontes (as “coisas” textuais narrativas) são identificadas, escolhidas, analisadas, em função desses dois pontos de referência. Desse modo o historiador delimita fenômenos abrangentes e complexos (como a independência do Brasil, por exemplo), e constrói uma explicação (em forma narrativa) que articula os jogos de circunstâncias a partir de determinado ponto, sem incorrer em um regresso ao infinito. Para o exemplo da independência do Brasil, tem-se, no mais das vezes, que a historiografia costuma iniciar seu processo reflexivo sobre a questão com a Inconfidência Mineira (ou, mais genericamente, com os assim chamados movimentos autonomistas) e passar pelo estabelecimento da Corte bragantina no Rio de Janeiro como estações sem as quais o processo não seria adequadamente entendido.¹²

¹² Cf., por exemplo, a coletânea organizada por Jurandir MALERBA: A independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

Como uma “coisa” entre outras, todo texto está inserido numa rede relacional de malha fina, que pode ser posta em evidência para qualquer observador preparado. O que é um observador preparado? No plano do conhecimento científico, o observador preparado é o profissional treinado metodicamente a recorrer aos padrões de registro e análise praticados na respectiva comunidade epistêmica. A prática dessa comunidade viabiliza a anuência de seus integrantes quanto à objetividade, à evidência de tal ou qual texto. Na historiografia, para além do texto enquanto “coisa”, importa que a comunidade profissional convenha quanto ao que o texto veicula. Com efeito, as fontes não são objeto de investigação por si e para si mesmas, mas como veículos de significado com respeito a ocorrências do passado que se quer conhecer, compreender, explicar.

O contexto social, político, cultural, econômico em que as fontes são produzidas e o contexto a que se referem devem estar presentes na mente do historiador, quando considera a natureza textual da narrativa com que lida. Assim, o texto remete a um teor que não é apenas a sua construção literária, mesmo se – enquanto “coisa” – o texto com efeito não passe de um artefato literário. A remissão a algo para além de si mesmo não significa, simultaneamente, que o texto esteja sempre e necessariamente carregado de acerto, que ele seja forçosamente verdadeiro enquanto referente a uma realidade que, sem ele, seria incognoscível. O controle da qualidade referencial da narrativa, no que se chama de referência cruzada, é incontornável para a consistência do argumento histórico.

Para se compreender essa exigência de controle de qualidade deve-se adotar uma atitude relativamente simples, de senso comum. Não se confunda, no entanto, senso comum com ingenuidade. Aceita-se, por conseguinte, como certa obviedade que todo texto remete a algo fora dele. Pode acertar ou não. Deve-se, pois, distinguir entre o que o texto diz (mais ou menos completamente) e aquilo a que se refere. Essa distinção é de tipo corriqueiro. Sempre que se recorre a um texto, a intenção primária do leitor é a de o entender. No caso da historiografia, busca-se entender a fonte narrativa na sua qualidade elucidadora do estado de coisas a que se refere. Nesse sentido, o texto transcende sua condição de “coisa” enquanto artefato literário e tem reconhecida sua dimensão de instrumento cognitivo do mundo. Torna-se, assim, instrumento de compreensão, interpretação e explicação do mundo. Mesmo se essa compreensão seja forçosamente parcial ou fragmentária.

Confinar a análise historiográfica da fonte a seu caráter estilístico apenas, como se se tratasse de um fim em si, é inadequado à função mediadora que a narrativa desempenha com relação à compreensão da realidade. O historiador recorre, por conseguinte, ao binômio analítico do dizer e do referir. Todo texto diz algo enquanto artefato literário e refere o mundo. A referência da fonte narrativa não é redutível a cada sentença de que se compõe o texto (freqüentemente objeto da análise quando se lida com o texto como “coisa

literária”). Essa referência depende do sentido global que a fonte constrói, cujo todo interpretativo é, por assim dizer, maior do que a soma das sentenças, tomadas uma a uma.

Por certo pode-se tomar o texto como uma unidade literária isolada e examiná-lo exclusivamente desde o ponto de vista de sua consistência e de sua coerência. Parece-me que essa é, entretanto, uma condição preliminar para a admissibilidade do texto enquanto referente ao mundo, ao estado de coisas de que dá notícia. A questão da veracidade do texto repõe aqui, então, a dupla acepção de verdade com que se vem lidando: a da estrutura interna do texto e a que se aplica à sua condição de referente.

Faz pouca diferença prática, por conseguinte, tratar da verdade em tese, por definição ou por postulação. Ou tratá-la como decorrente da aplicação de determinada teoria que sustente a impossibilidade de demonstração cabal da pertinência absoluta do referente, o que tornaria irrelevante a questão. Pragmaticamente, registra-se que a pretensão de verdade acompanha a pretensão de racionalidade e que toda fonte (assim como sua interpretação na arquitetura explicativa da narrativa histórica) é lida e interpretada como possível produtora de um discurso veraz. Qualquer narrativa produzida pela historiografia parte de pressupostos. Como na ciência em geral, não se lida com fatos puros, acessíveis sem mediação, mas sempre com fatos sob pressupostos. Um desses pressupostos, antes mencionado como pretensão, para enfatizar seu caráter intencional, é a hipótese da verdade. Essa hipótese-pretensão tem a capacidade de viabilizar a função mediadora da fonte como acesso à dimensão intencional de sua produção. Com efeito, recorre-se ao pressuposto de que o registro textual (narrativo) por parte de qualquer autor tem por intenção consignar o que ele entende ser pertinente ao mundo. Pressupõe-se igualmente que a intenção primeira do autor não é a de fraudar seu contemporâneo ou seu futuro leitor. Tem-se aqui, novamente, o caráter otimista da consideração do problema da verdade, em que se preserva sua possibilidade juntamente com a pressuposição da honestidade básica da racionalidade humana.

A orientação por tal hipótese ou pretensão de verdade é que permite articular as questões históricas e sistemáticas que os textos referem. O aspecto histórico sublinha o caráter referente da narrativa com respeito ao mundo, ao estado ou aos estados de coisas cujo acesso medeia. O elemento sistemático aponta para a organicidade interpretativa produzida na metanarrativa historiográfica, que maneja um número considerável de textos (narrativas), classificados e qualificados como fontes. A noção de metanarrativa é utilizada aqui para designar todo texto historiográfico que se constitui a partir da investigação sistemática das fontes. Essa noção é aplicável, por conseguinte, ilimitadamente, a cada nova narrativa que se fundamente em outras.

Que se possa “encontrar a verdade” em textos referentes ao passado é um pressuposto otimista, decorrente de uma atitude realista, predominante na

metodologia científica de modo corriqueiro. O fato mesmo de se lidar com fontes (pouco importando se se trata da percepção sensorial ou da leitura de narrativas) como meio de alcançar compreensão consistente do mundo reforça a idéia regulativa da verdade como hipótese orientadora. Admitido o caráter irrenunciável dessa hipótese, seu estatuto de hipótese não sofre alteração. Toda pretensão de verdade carece de demonstração efetiva no texto resultante da investigação. Admitir-se que todo texto é lido *sub ratione veritatis* não atribui automaticamente a tal fonte o caráter de verdade. Apenas aponta a razoabilidade da leitura crítica da fonte com a pretensão de estabelecer uma rede relacional que confira ao teor da narrativa pelo menos verossimilhança. A tese historicista de que das fontes se haure certezas desde há muito encontra forte resistência em todas as escolas historiográficas contemporâneas.¹³ A valorização das então chamadas ciências auxiliares da História acarretou, em meados do século 19, extraordinária confiança na admissibilidade dos teores mediados pelas fontes.¹⁴ Essa mesma valorização veio a produzir um efeito tardio – em particular nos campos da heurística e da hermenêutica: a desconfiança quanto à possibilidade de se assegurar a inatacabilidade substantiva das fontes pelo mero fato de existirem. A crítica heurística e o enredamento hermenêutico consolidaram de vez a insegurança relativa da fiabilidade documental. Instala-se, no método histórico, o que se pode chamar de prudência gnosiológica. Essa prudência tende a utilizar a rede relacional de referências cruzadas para tornar seus resultados plausíveis.

Lida-se, por conseguinte, no plano da metanarrativa produzida sob a égide dessa prudência metódica, com hipóteses de segundo nível. A hipótese de primeiro nível é genérica e consiste na alcançabilidade teórica da verdade. As demais articulam dados e interpretações em hipóteses de segundo nível, de cunho argumentativo e de finalidade explicativa, para produzir a metanarrativa sobre tal ou qual episódio do passado.

Pode-se perguntar ainda como se dá o controle de qualidade do produto narrativo. Não parece cabível lançar mão de argumentos de autoridade, de que natureza sejam. Tampouco convence recorrer simploriamente ao conceito tradicional de evidência objetiva, tão caro aos adeptos do realismo metafísico. Como a dúvida sistemática, o argumento de autoridade é igualmente uma porta aberta ao relativismo. A evidência objetiva aponta para o dogmatismo naturalista ingênuo. O realismo mitigado e a rede relacional de referências, por sua vez, parecem satisfazer plenamente a concepção moder-

¹³ Cf. Friedrich JAEGER/Jörn RÜSEN. *Geschichte des Historismus*. Munique: C. H. Beck, 1992; ver também o dossiê sobre o historicismo, organizado por Luiz Sérgio Duarte da SILVA: *História Revista* (Goiânia), vol. 7 (2002).

¹⁴ Marcel GAUCHET (org.). *Philosophie des Sciences Historiques. Le moment romantique*. Paris: Seuil, 2002.

na de razão em movimento, que pressupõe a capacidade intrínseca à razão, de construir e oferecer explicações plausíveis para a circunstância do tempo humano.

Nesse sentido, a tese do fracasso do projeto moderno de razão peca por exagero. Se a razão é pensada como solução definitiva, como um demiurgo ontológico, à maneira do século das Luzes, com efeito pode-se evocar com bom motivo sua falência. Mantida contudo a perspectiva da racionalidade como faculdade própria ao agente humano e apta a produzir explicações individual e socialmente aceitáveis mediante controle empírico de qualidade, pode-se dizer que o projeto moderno da racionalidade é uma agenda aberta. A cada tempo, nova apropriação, nova explicação.

Essa abertura tornou possível que, a partir dos anos 1970, novo surto de incertezas, por princípio, assolasse a construção, metodicamente controlável, de conhecimento confiável. Convencionou-se chamar essa nova versão crepuscular da teoria do conhecimento de “pós-modernismo”. Sua tese principal é de cunho cético e sua idolatria do discurso de viés arbitrário. Também a história não escapou a essa epidemia.

Há, pois, teorias de uma historiografia pós-moderna. A questão é de se saber se existem efetivamente formas pós-modernas de historiografia. O ponto de partida dessas teorias é o fim da crença em que seja possível uma explicação científica coerente de processos passados, para usar a formulação de Lawrence Stone.¹⁵ As teorias pós-modernas vão, no entanto, além do que diz Stone. Elas assumem o ponto de vista de que qualquer coerência é suspeita. O pensamento fundamental da teoria pós-moderna da historiografia é a negação da referência da historiografia à realidade. Assim, Roland Barthes e Hayden White asseveram que a historiografia não se distingue da poesia, ao ponto de ser ela mesma poética. Em seu *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*¹⁶, Hayden White recorre a quatro historiadores (Michelet, Tocqueville, Ranke e Burckhardt) e a quatro filósofos da história (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce) para tentar demonstrar que não existe um critério científico de verdade histórica. Por isso não haveria diferença substantiva entre ciência da História e filosofia da História. Embora se possa obter dados mediante a análise filológica das fontes, sua eventual articulação em um contexto significativo é produzida exclusivamente por critérios estéticos e morais, e não por critérios científicos. De outra parte, na narrativa histórica forma e conteúdo não teriam como ser distinguidos. Segundo White, os historiadores lançam mão de um número limitado de recursos retóricos, que enquadram previamente a forma e o conteúdo da

¹⁵ The Past and the Present. Londres: Routledge, 1981.

¹⁶ Edição brasileira: Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo: EdUSP, 1992. (ed. orig. The Johns Hopkins University Press, 1975).

forma narrativa de apresentação que redigem. “Em geral”, escreve White, “[os teóricos da literatura] mostram certa aversão em reconhecer as narrativas históricas como o que elas efetivamente são: ficções lingüísticas [verbal fictions], cujo conteúdo é tanto inventado quanto encontrado e cuja forma tem mais a ver com seus correspondentes na literatura do que com os elementos das ciências”.

O ponto de vista de que toda narrativa histórica seja uma invenção, vai muito além tanto das considerações de um Tucídides ou de uma Natalie Z. Davis¹⁷, que reconhecem as propriedades do discurso histórico, mas não põem em dúvida que tal discurso medeia o acesso às realidades humanas. Também para Ranke a história era ao mesmo tempo ciência e arte. Ele considerava ter-se imergido nos pensamentos e nos sentimentos dos protagonistas que investigava, ao buscar reconstruir suas ações mediante a representação guiada pelas fontes. Para Ranke, como para os historiadores em geral até hoje, a representação intelectual serve para chegar sempre mais perto do passado real.

Há, por conseguinte, uma notável diferença entre uma teoria que negue à apresentação histórica qualquer possibilidade de corresponder à realidade e uma historiografia plenamente consciente da complexidade do conhecimento histórico e que pressupõe que pessoas reais tiveram pensamentos e sentimentos reais, que conduziram a ações reais, que podem, por sua vez, ser reconhecidas e representadas historicamente. Como bem lembrou Nicolas Rescher¹⁸, que não exista critério absoluto de verdade e que isso não constitua uma deficiência da História não é propriamente uma novidade, mas a circunstância concreta do conhecimento científico, admitida desde Kant.

No entanto, embora Kant ou Max Weber reconheçam a impossibilidade de um critério absoluto de verdade, admitem um critério formal ou convencionalizado, enraizado na lógica da pesquisa. Essa lógica goza de validade universal entre seus praticantes e constitui o fundamento da ciência objetiva aceita por eles. Esse critério formal de verdade veio a ser fortemente contestado por diversos teóricos contemporâneos da ciência, na linhagem, por exemplo, de Karl R. Popper. Para Popper não há sequer um critério positivo de verdade, mesmo que formal. Todo e qualquer conhecimento produzido pelo agente racional é sempre conjectural, válido enquanto não for falseado pelo aparecimento de uma contra-prova.

O caráter conjectural do conhecimento não significa, no caso da história, uma espécie de carta de alforria que permita a construção arbitrária de qualquer

¹⁷ Fiction in the Archives: Pardon Tales and their Tellers in Sixteenth-Century France. Stanford: Stanford University Press, 1987.

¹⁸ Cf. The Coherence Theory of Truth. University Press of America, 1973; Rationality. Oxford University Press, 1988; Kant and the Reach of Reason. Cambridge University Press, 1999.

discurso poético, ao bel-prazer do autor. Essa licença poética ilimitada é uma consequência prática indesejável das teses pós-modernas, que se auto-liberam do controle metódico de qualidade referente à pertinência do discurso à realidade. No contrato do método científico, essa pertinência é esperada. Mais, é buscada. Nela se inclui a pretensão de verdade, mesmo se as circunstâncias de garantia de sua obtenção sejam frágeis. A expectativa social de veracidade da narrativa-fonte e da metanarrativa é a forma básica. O equívoco, o erro, ou até a fraude, são a exceção – não a regra.

A referência à realidade é não apenas possível como controlável. Para tanto basta que todos os participantes da comunidade profissional se entendam sobre os procedimentos de controle. Há uma dimensão meramente formal nessa comunidade, que se resume ao procedimento metódico seco: nada se afirma sem fundamento, direto ou indireto, em fontes controladas. Subsiste, contudo, uma possibilidade de variância não negligenciável, decorrente do conflito teórico (chamado por Paul Ricoeur de “conflito das interpretações”¹⁹). Não raro esse embate decorre de posições filosóficas sobre o conteúdo e a finalidade da ação humana no tempo. No século 20 um exemplo marcante desse conflito foi (e, em certa medida, ainda é) a oposição entre o pensamento marxista e o pensamento liberal.

Em qualquer caso, porém, a referência à realidade jamais é negada. Somente a virada lingüística introduziu o risco renovado de relativismo, ao considerar o texto, na esteira de Saussure, como unidade autônoma, suficiente a si mesmo. Dessa auto-suficiência sintática se deduziu a auto-suficiência semântica e, dela, a auto-suficiência pragmática. Afinal, o pensar humano seria função da estrutura lingüística prévia. A estruturação suposta na linguagem, ontologia à parte, ignora no entanto o caráter histórico da formação e acumulação do sistema de referências que a linguagem utiliza. O historiador dificilmente divergiria da proposição que afirma que aquilo que o homem de hoje pensa e diz está condicionado pelo que se pensou e disse ontem. E assim sucessivamente. Trata-se de uma necessidade relativa, de uma determinação contingente, fruto da concretude empírica da histórica efetivamente produzida pela ação dos homens no tempo.

Admitida a autonomia absoluta do texto, perde sentido qualquer tentativa de vinculá-lo à realidade. Com isso, como pretende Roland Barthes, desapareceria a distinção entre verdade e poesia. Mais: desapareceria qualquer vínculo entre autor e texto. Para o historiador, a perspectiva filosófica da autonomia absoluta de uma neo-mônada textual é sem utilidade. O historiador continua sendo, hoje em dia, um servo da pertinência, independentemente de conseguir trazer provas cabais do arranjo interpretativo em que

¹⁹ Cf. Paul RICOEUR. *Le conflit des interprétations. Essais d'herméneutique*. Paris: Seuil, 1969.

insere suas fontes. A interpretação histórica arbitra, mas não é arbitrária. A liberdade poética é usada, mas dentro dos limites das convenções metódicas que autorizam a reconstrução do caminho sem depender da idiossincrasia do autor. Embora o texto não se entenda ou explique sem este. A autoria (e sua legitimidade) é uma condição sem a qual a pertinência da narrativa fica substantivamente prejudicada. Amiúde confunde-se legitimação pela autoria (que se pode também chamar de heurística autoral) com argumento de autoridade. Autor e autoridade não coincidem necessariamente. Para a pertinência empírica do texto, porém, nem todo autor faz autoridade.

Por outro lado, o cárcere ideológico pode contaminar de tal forma o texto que por vezes se impõe abstrair da autoria para ver se subsiste pertinência empírica. Um bom exemplo de um exercício deste tipo pode ser dado com a *História da Revolução Russa* (em 2 vols., 1930 e 1932), de Trótski. Um outro exemplo interessante é a *História da Comuna de Paris*, de P.-O. Lissagaray, publicada em 1878.

Desde a cientificização da história no século 19 gradualmente se passou a não considerar mais a narrativa-fonte ou a metanarrativa como ícones intocáveis. Assim como se deixou de mimetizar os procedimentos das ciências ditas naturais ou exatas. E se descobriu ser inócuo querer construir leis dos acontecimentos históricos, mesmo no formato, altamente problemático, do modelo Hempel-Popper. Jörn Rüsen, em sua teoria da história, elabora uma matriz disciplinar em que os elementos empírico, metódico e estético se articulam. E articulam-se, para originar-se, no mundo concreto do pensar e do agir humanos e, para exprimir-se, pelo recurso da historiografia que retorna àquele mundo.²⁰

A proposta de Rüsen é provavelmente a fórmula mais includente dos modos de produção do conhecimento histórico. Calcada na experiência humana contingente da vida sobre a qual cabe refletir, a matriz não exclui *a priori* nenhuma opção teórica disponível. Submete-a, contudo, muito popperianamente, ao teste de sua eficácia explicativa, ao passar pelo crivo do regramento metódico da pesquisa. Se a questão que põe em andamento a procura histórica é alguma carência existencial do sujeito, a resposta depende do controle metódico de qualidade que a comunidade profissional pratica e cobra.

A ingenuidade da historiografia clássica e o caráter desabusado da autonomia textual são críticas levadas muito a sério pelos historiadores para os quais a construção de um critério de objetividade para a metanarrativa historiográfica é penhor de sua racionalidade. Essa racionalidade foi não

²⁰ Cf. nota 1; ver também: *Reconstrução do Passado* (Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica) e *História Viva* (Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico), ambos Brasília: Editora da UnB, 2007.

raro criticada como expressão de poder e de conservadorismo, ao ser identificada com as estruturas existentes nas sociedades contemporâneas.²¹ Essa preocupação de cunho sociológico e político pode inspirar mais de um autor, mas é irrelevante – em última análise — para a admissibilidade metódica da qualidade da historiografia. Para essa finalidade, a veracidade da narrativa depende da estrutura sistemática das fontes, da interpretação e de sua articulação no texto final. Assim, a linguagem desempenha papel instrumental na dimensão intencional da narrativa historiográfica, cuja finalidade é a de descrever, analisar, interpretar e explicar determinado episódio. A escolha do episódio e sua delimitação, como já se lembrou, é resultado de interação entre carência existencial, opção valorativa e objetivos sociais.

Na história social, cultural, política, econômica, intelectual – enfim, nas mais diversas variações, a historiografia considera o discurso (o texto, a narrativa), como um meio, como um sinal que aponta para outra coisa que não a própria narrativa enquanto “coisa”. Por exemplo: a história dos conceitos políticos, tal como praticada por Quentin Skinner²² ou por J. G. A. Pocock²³, ou por Reinhardt Koselleck²⁴. Koselleck inspirou e dirigiu a monumental enciclopédia *Geschichtliche Grundbegriffe*, que tem como subtítulo “léxico histórico da linguagem político-social na Alemanha” [*historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* ²⁵]. Pocock, como Skinner e Koselleck, parte do pressuposto de que idéias e conceitos são decisivos para o surgimento da sociedade política moderna. Sua influência marcante, contudo, só se viabilizou por estarem essas idéias e esses conceitos articulados em um discurso com efeito normativo sobre o comportamento social por força de legitimação política. O entendimento dessa legitimação e dessa eficácia passa pela análise teórica das formas de constituição dos sistemas de poder e de crença, cuja autoridade emprestou força seja à argumentação por si mesma (como no caso do Iluminismo), seja à autoridade governamental (como no caso do direito divino das dinastias reinantes). Essa conjunção de fatores, contudo, não faz esses autores pensarem, como no caso de Barthes, Derrida e White, que a análise de textos (inclusive daqueles que enunciam narrativamente a interpretação de outras fontes não discursivas) lhes confira, enquanto tais, qualquer primado formal ou material. Narrativas, discursos, textos interessam pelo sentido que medeiam

²¹ Cf. Herta NAGL-DOCEKAL. Die Objektivität der Geschichtswissenschaft. Viena-Munique: R. Oldenbourg, 1982.

²² “Meaning and understanding in the History of Ideas,” *History and Theory* 8 (1969), p. 3-53.

²³ Cf. *Politics, Language and Time: Essays on Political Thought and History*. Nova Iorque: Atheneum, 1973.

²⁴ Cf. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt/M., Suhrkamp, 1979. (Ed. bras. Contraponto/PUC-Rio, 2006).

²⁵ Stuttgart: Klett-Cotta, 1972-2004, vols. 1-9.

(dimensão intencional do respectivo autor incluída) e pelo significado que possuam no contexto do tempo em que foram constituídos e do tempo em que são interpretados.

Essa circunstância não prejudica a importância relativa adicional que possuem os textos para os historiadores que lidam com etno-história. A antropologia cultural contemporânea e sua utilização na pesquisa histórica inserem o uso das linguagens numa perspectiva de interpretação do tempo, em particular para as sociedades de matriz diversa da européia, indispensável à decifração do sentido da vida e da organização social. Os trabalhos de Lynn Hunt²⁶, por exemplo, em nada se contrapõem aos pressupostos adiantados por Koselleck, na medida em que a pragmática lingüística, nas sociedades primitivas como nas complexas, serve de termômetro da tessitura cultural dos integrantes das respectivas comunidades. Linguagem e cultura comuns passam a representar o fator de coesão e identidade social, substituindo antigas categorias de classe, como no caso do marxismo, por exemplo. Em seus trabalhos sobre a Revolução Francesa, Hunt declara desejar escapar tanto do simplismo descritivo da seqüência dos acontecimentos (que se pretenderia isento) quanto da valorização ideológica (que tencionaria produzir uma receita de revolução) a priori. Na mesma direção, sublinhando a dificuldade que há em se estabelecer um critério qualquer de verdade que vá além da verossimilhança e da plausibilidade socialmente aceitas entre enunciados particulares e articulação discursiva de contextos, William Sewell Jr.²⁷, ao discutir a complexidade da montagem interpretativa que a historiografia produz, reafirma que a narrativa não se reduz à arquitetura lingüística. A propósito do mundo cultural e social dos trabalhadores que participaram da revolução de 1848 na França, Sewell lembra que a comunicação não se restringe ao falar e ao escrever – é preciso, diz, entender as inúmeras outras formas de contágio social, as ocorrências em que os protagonistas estão envolvidos ou que provocam, as instituições, as práticas sociais, as corporações de ofício, os rituais e as cerimônias, as crenças e os mitos, os valores e as inércias que prevalecem no respectivo ambiente social. Conteúdo simbólico e coerência conceitual devem ser buscados em todos os tipos de experiência social, de forma que se possa identificar o fluxo de formação das mentalidades e das convicções. Muito do que se disse, a priori, sobre alienações e interferências, perde sentido, para o historiador que retraça e reconstrói o itinerário de formação da sociedade européia contemporânea em suas sucessivas etapas. Lidar com textos não significa, pois, elencar a produção de autores ou empilhar informações registradas no discurso: a

²⁶ Cf. entre outros, Lynn HUNT et alii. *Telling the Truth About History*. Nova Iorque: Norton & Co., 1995.

²⁷ *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge University Press, 1980. Ver também o recente *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*. University of Chicago Press, 2005.

ressignificação, a cada vez contemporânea, do sentido de um episódio (no século 19 dir-se-ia: do espírito de uma época) é uma construção interpretativa a partir de fontes fragmentárias.

Não resta dúvida de que o debate sobre o papel da linguagem na constituição material do discurso historiográfico é relevante. A representação de mundo construída pela História científica do século 19 mostrou-se rapidamente inadequada. Desde os anos 1930 e, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial, a complexidade do tempo vivido e refletido evidenciou-se nos esforços da escola dos *Annales*, na crítica marxista e no estruturismo metodológico²⁸. Muito do que se fez na historiografia inspirada pela sociologia ou pela antropologia, ou ainda por influência das correntes marxistas, adotara acriticamente os pressupostos historicistas da prevalência da política e do Estado na conformação do discurso explicativo do sentido da nação. Estado e economia seriam as duas únicas realidades que interessariam. O primeiro sustentaria a concepção do mundo humano como função da política. A segunda, a idéia de que apenas modos de produção e o homem como *faber* existem ou importam. A junção de política e economia num fluxo articulado quase necessário foi o passo seguinte. A linearidade dessa junção alimentou a ideologia do progresso (ou do desenvolvimento, segundo a fase) que avançasse inexoravelmente até o respectivo dia de hoje.

As rupturas lingüística e cultural tiveram o mérito de introduzir, a partir dos anos 1970, uma pluralidade incontida de perspectivas filosóficas, em que sedes de pensar e poder deixaram de estar confinadas às estruturas institucionais. O simplismo das observações triviais de primeira ordem deixaram de migrar, impunes, para o plano das descrições dos estados de coisas de um passado que não se pode experimentar de primeira mão. Chris Lorenz afirma que o historiador acaba, com efeito, por criar mundos em que as lacunas inevitáveis da experiência são preenchidas pela capacidade de representação plausível.²⁹ Mesmo que o preenchimento dessas lacunas seja feito por analogia e, por conseguinte, com alguma dose de criatividade. Lorenz como Frank Ankersmit³⁰ ou Rüsen, no entanto, em momento algum abrem mão da premissa filosófica de que a realidade humana de ontem terá sido tão semelhante à de hoje como a de amanhã. Essa constante antropológica de inspiração weberiana no fundo corresponde à admissão prévia da racionalidade humana, no plano individual como no coletivo. Racionalidade crítica e discursiva. Crítica por que somente aceita registros informativos quando satisfaçam o crivo metodológico da prática científica estabelecida. Crítica ainda porque não aceita a crença como premissa indiscutível a priori.

²⁸ Cf. Christopher LLOYD. *As estruturas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995 (ed. orig. 1993).

²⁹ Cf. *Konstruktion der Vergangenheit. Eine Einführung in die Geschichtstheorie*. Bonn: Böhlau, 1997 (ed. org. Amsterdã, 1987).

Se quisermos, podemos dizer que a racionalidade crítica aqui pressuposta seria uma racionalidade em tese vazia, mas historicamente preenchida. Com respeito a seu recheio, a razão deveria ter a atitude cartesiana da dúvida metódica.

A racionalidade é também discursiva. Discursiva na medida em que, para si como para os outros, enuncia narrativamente a articulação de todos os dados de que disponha, num construto racional controlável pelo interlocutor posto no mesmo plano epistêmico e metódico, que é consolidado pela interpretação em uma narrativa plausível, consistente, coerente e convincente. Cada predicado deve ser satisfeito, mas somente seu conjunto permite atribuir à narrativa a qualificação de veraz.

Pode-se concluir que a relação tempo e verdade na produção do conhecimento historiográfico depende da conjunção de pelo menos sete fatores: (a) a admissão do realismo mitigado; (b) a convenção metódica de controle de qualidade do conhecimento e de sua admissibilidade na comunidade epistêmica; (c) a comunidade lingüística e cultural em que o conhecimento faça sentido; (d) a pretensão de que a racionalidade humana é apta a conhecer adequadamente o que se deu no passado; (e) a pretensão de que estados de coisas do passado podem ser reconstruídos mediante investigação metódica; (f) a pretensão de que há habilidade crítica para admitir ou não fontes para a reconstrução do passado; (g) a razoabilidade lingüística e cultural da narrativa e da metanarrativa, em seu conjunto, como veículos de registro e interpretação do passado. A articulação desses fatores numa rede relacional permite à comunidade epistêmica conferir à narrativa-fonte e à metanarrativa a propriedade de veraz, plausível, confiável, convincente. Obtém ela, por conseguinte, certezas relacionais.

Uma última palavra, recorrendo a Vieira. Dos quatro gêneros de verdade que propõe no § 181 da *História do Futuro*: verdade com certeza de fé, verdade com certeza teológica, verdade com certeza moral, verdade com certeza provável³¹, a ciência contemporânea da História decididamente somente aceita o último. Todas as certezas relacionais com que se lida na historiografia são de caráter provável. Vieira, por óbvios motivos, somente pode dirigir-se àqueles a quem solicita “o assenso da fé” (§ 163)³². Com essa premissa transcendental, pouco ou nenhum apreço pelas narrativas humanas lhe resta (§ 186).³³ Entende-se perfeitamente a posição do P. Vieira. Um contemporâneo seu, o Abbé de Saint-Pierre, intensamente angustiado com

³⁰ Frank ANKERSMIT/Hans KELLNER (eds.). *A New Philosophy of History*. The University of Chicago Press, 1995. De Ankersmit ver ainda: *History and Tropology. The Rise and Fall of Metaphor*. Berkeley: University of California Press, 1984.

³¹ Ob. cit., p. 237.

³² Ob. cit., p. 226.

³³ Ob. cit., p. 238.

a seqüência cruel de guerras que marcara o século de Luís XIV (para usar uma expressão de Voltaire), também busca valores – políticos dessa feita – para subtrair à inconstância dos homens, em particular dos soberanos, os critérios da paz.³⁴ Critérios de paz, critérios de verdade – uma busca incessante. O caráter relacional do conhecimento histórico e de sua veracidade parece conciliar adequadamente a ânsia de permanência e a concretude empírica da história dos homens.

Endereço do Autor:
Universidade de Brasília
Departamento de História
Caixa Postal 04363
70919-970 Brasília - DF
ecrm@terra.com.br

³⁴ ABBÉ DE SAINT-PIERRE. Projeto para tornar perpétua a paz na Europa (1713). Brasília: Editora da UnB, 2003; São Paulo: IOESP; Brasília: IPRI.